

SETOR PRIVADO E SETOR PÚBLICO: problemas de financiamento *

*Júlio Gomes de Almeida ***

Este artigo tratará de questões relacionadas com a problemática financeira da atualidade: o ajuste financeiro das grandes empresas privadas e o desequilíbrio financeiro do setor público. A partir desse tra-

tamento, será possível extrair considerações sobre temas relevantes da economia brasileira, tais como as perspectivas de retorno ao investimento produtivo por parte da iniciativa privada e os limites da

atuação do setor público da forma tradicional como ele opera no Brasil, qual seja, avançando investimentos complementares ao investimento privado interno e externo e dinamizando outras atividades.

** O autor agradece a colaboração de Denise Pires Coelho Reis.*

*** Professor do IEI-UFRJ e do Instituto de Economia, UNICAMP.*

Anál. Conj., Curitiba, 8 (2) : 25 fev. 1986

O AJUSTE FINANCEIRO DAS GRANDES EMPRESAS PRIVADAS

A principal limitação da análise das mudanças processadas ao nível das empresas produtivas, em decorrência da recessão e da crise financeira na primeira metade dos anos 80, diz respeito à disponibilidade de dados desagregados. O ideal seria dispor de dados tão completos como os que Calabi, Reiss e Levy¹ tiveram acesso, para o período do milagre econômico. No entanto, esses dados com origem na Receita Federal somente agora serão pesquisados para o período recente.*

Existem publicações que divulgam regularmente levantamentos anuais sobre a performance das empresas, tais como Quem é Quem e o Balanço Anual da Gazeta Mercantil. Essas fontes são limitadas quanto à profundidade da análise que permitem, mas, grosso modo, assinalam ter havido nos últimos anos mudanças profundas em termos da estrutura do capital e níveis de rentabilidade das empresas produtivas. A tabela 1 mostra como melhoraram os índices medianos de rentabilidade, liquidez e endividamento no caso das empresas privadas, sobretudo em 1983 e 1984.

Para aprofundar a análise do ajuste financeiro das empresas produtivas, procedeu-se a uma seleção própria de grandes empresas. Selecionou-se um total de 218 empresas, sendo 118 nacionais privadas, 61 estrangeiras e 39 estatais, para as quais foram coletados dados do balanço patri-

* Trata-se de pesquisa coordenada pelo autor e pelo professor José Antonio Ortega, que se encontra em andamento com apoio financeiro do PNPE.

monial para o período 1978-83. **Naturalmente essa seleção impossibilitou a análise segundo o tamanho das empresas, o que é uma limitação grave, contudo pudemos nos concentrar em um conjunto de grandes empresas responsáveis por cerca de 40% do faturamento do total das empresas listadas pelo Balanço Anual (cerca de 8.000).

Retomemos a indagação inicial de como teriam se processado as modificações aos níveis patrimonial e financeiro entre as grandes empresas ao longo dos últimos anos da economia brasileira. Cabe salientar que se tratou de um período predominantemente recessivo, com forte elevação das taxas de juros externas e internas e no qual foi profunda a incerteza — sobretudo devido à crise cambial — e a instabilidade financeira.

Primeiramente, serão tratadas as empresas privadas nacionais e estrangeiras, ficando as empresas estatais para serem analisadas na segunda parte.

No que se refere à estrutura patrimonial, verifica-se que o ativo das empresas alterou-se profundamente, no seguinte sentido: redução dos saldos que expressam ativos operacionais (imobilizado e estoques) e do crédito primário concedido a clientes. Em contrapartida, aumentaram de expressão os ativos não-operacionais das empresas (ativos financeiros e participações acionárias em outras empresas). Do lado do passivo, as grandes empresas fizeram recuar o grau de endividamento, como já assinalado, sobretudo no que diz respeito à dívida junto ao sistema financeiro. Aqui a redução do grau de endividamento pode ser entendida como uma das formas de aplicação de capital das grandes empresas na crise: a antecipação

** Para detalhes sobre a metodologia da pesquisa, consultar o autor CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO. *Estrutura patrimonial e desempenho financeiro: a empresa estatal e a grande empresa privada na crise atual — 1978/83*. São Paulo, CEPESP, 1985. A pesquisa está sendo atualizada para 1984, mas infelizmente os dados não estão disponíveis.

de pagamento de dívidas e a não-contratação de crédito novo como aplicações alternativas do investimento produtivo.

Nota-se como nos anos de agudização da crise econômica e da instabilidade financeira (após 1980), verificou-se a contração dos ativos operacionais, sobretudo do capital circulante, tanto para as empresas privadas nacionais (redução de 45,2% do total do ativo para 42,6%), quanto para as estrangeiras (53,3% para 49,0%); o crédito primário para clientes baixou de 24,2% para 21,0% entre as empresas nacionais, e de 19,7% para 18,0% entre as estrangeiras. E os ativos não-operacionais escalaram de 20,6% para 26,2% (empresas nacionais) e de 13,8% para 18,1% (empresas estrangeiras) (tabela 2). Cabe advertir que essas mudanças ocorreram em período extremamente curto (de 1981 em diante).

Com relação ao passivo, na tabela 3, observe-se como o conceito mais relevante de endividamento — o endividamento bancário, submetido às altas taxas de juros — revelou queda sensível, também principalmente a partir de 1981. Para as empresas privadas nacionais, o endividamento bancário como proporção do passivo global caiu de 22,8% em 1980 para 18,3% em 1983; para as empresas estrangeiras, a queda foi de 26,1% para 25,7%. A redução menos sensível referente às empresas estrangeiras, bem como o aumento do grau de endividamento verificado em 1983 com relação a 1982 se deve ao maior peso do componente endividamento em moeda estrangeira entre estas. Assim, a maxidesvalorização do cruzeiro em 1983 teve impacto mais significativo entre as estrangeiras. Pode-se verificar ainda nessa tabela a evolução de outros itens de destaque e que compõem o endividamento empresarial, como a dívida junto a fornecedores (cuja tendência é de queda nos anos 80) e a dívida mediante a emissão de debêntures (que chegou a atingir níveis significativos para as empresas privadas nacionais). Por outro lado,

TABELA 1 — RENTABILIDADE, LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS, NO BRASIL — 1980-84

DISCRIMINAÇÃO	(mediana — %)														
	EMPRESA NACIONAL PRIVADA					EMPRESA ESTRANGEIRA					EMPRESA ESTATAL				
	1980	1981	1982	1983	1984	1980	1981	1982	1983	1984	1980	1981	1982	1983	1984
Rentabilidade do Patrimônio	13,7	9,7	6,0	17,3	21,4	2,7	(10,3)	(0,5)	23,2	25,7	(10,6)	(21,8)	(81,2)	(7,9)	(15,2)
Liquidez	2,5	2,6	3,1	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6	1,4	1,6	1,7	1,7	1,0	0,8	0,9
Endividamento	47,1	45,4	44,8	37,5	37,4	58,6	62,7	67,0	45,3	41,5	61,5	59,4	57,8	53,0	53,0

FONTE: BALANÇO ANUAL. São Paulo, Gazeta Mercantil. Vários anos.

TABELA 2 — ESTRUTURA DO ATIVO DAS GRANDES EMPRESAS PRIVADAS, NO BRASIL — 1978-83

CONTAS DO ATIVO	(Em %)											
	EMPRESA NACIONAL PRIVADA						EMPRESA ESTRANGEIRA					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Imobilizado	32,4	31,5	29,0	30,5	31,4	32,6	32,8	31,9	30,4	34,3	35,8	33,2
Estoques	14,0	13,7	16,2	13,8	12,0	10,0	17,5	18,8	22,9	18,7	17,1	15,8
Subtotal	46,4	45,2	45,2	44,3	43,4	42,6	50,3	50,7	53,3	53,0	52,9	49,0
Aplicações Financeiras	7,2	7,2	7,3	6,7	7,5	7,6	7,4	6,5	5,9	6,3	5,3	7,3
Investimentos	13,3	13,3	13,3	14,3	16,1	18,6	6,9	7,1	7,9	8,6	9,9	10,8
Subtotal	20,5	20,5	20,6	22,8	23,6	26,2	14,3	13,6	13,8	14,9	15,2	18,1
Clientes	19,6	20,9	24,2	23,6	23,4	21,0	17,6	16,5	19,7	19,2	19,4	18,0
Ativo TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Em trilhões de Dezembro 1985)	142,43	138,03	125,12	140,47	153,68	142,40	145,34	140,87	118,01	125,35	128,05	119,01

FONTE: Elaboração do autor

TABELA 3 — ESTRUTURA DO PASSIVO DAS GRANDE EMPRESAS PRIVADAS, NO BRASIL — 1978-83

CONTAS DO PASSIVO	EMPRESA NACIONAL PRIVADA						EMPRESA ESTRANGEIRA					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Endividamento Bancário	24,7	24,8	22,8	22,2	17,1	18,3	26,6	28,7	26,1	27,2	24,9	25,7
Fornecedores	8,7	8,8	9,0	8,2	7,8	7,3	14,5	14,6	12,4	9,6	10,7	11,9
Debêntures	—	0,1	0,7	2,2	3,7	2,7	0,1	0,2	0,3	0,4	1,0	0,4
Subtotal - End. Externo	33,4	33,7	32,5	32,6	28,6	28,3	41,2	43,5	38,8	37,2	36,6	38,0
Patrimônio Líquido	49,4	48,9	46,5	49,3	53,1	54,4	40,8	38,6	38,5	40,5	43,0	43,2
Passivo TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
* Em Trilhões de Dezembro 1985	142,43	138,03	125,12	140,4	753,68	142,40	145,34	140,87	118,01	125,35	128,05	119,01

FONTE: Elaboração do autor

na tabela 4* apresenta-se outro indicador de endividamento — talvez mais relevante porque relaciona dívida bancária com o capital próprio. A redução nesse indicador, como se pode observar, é muito sensível.

As mudanças que se processam ao nível patrimonial das grandes empresas referidas acima, condicionaram decisivamente o seu desempenho corrente em termos de taxas e margens de lucro.

Para a taxa de lucro foram selecionados apenas dois indicadores: lucro operacional e não-operacional sobre o patrimônio líquido e o lucro operacional e não-operacional após a correção monetária sobre o patrimônio líquido. Com relação às margens de lucro, trabalhou-se apenas com *mark-up*. Esses indicadores estão reunidos na tabela 5.

As taxas de lucro baixaram significativamente, porém iniciam, a partir de 1981, um processo de recuperação.**

Já o indicador de margem de lucro, que se mostrava com tendência apenas suavemente crescente entre 1978 e 1981, a partir daí evolui rapidamente tanto para a empresa privada quanto para a estrangeira, denotando a capacidade de marcar preço da grande empresa. A redução do salário real dos últimos anos foi outro componente decisivo para a elevação do *mark-up*.

O aumento das margens de lucro constituiu fator para que as taxas de lucro mostrassem recuperação nos últimos anos do período, porém o fator mais importante foi a rentabilidade financeira que as grandes empresas privadas passaram a auferir, aliada à contenção dos custos financeiros obtida a partir da redução do endividamento.

Geralmente os balanços das empresas não discriminam receita financeira e despesa financeira bruta, apresentando apenas o resultado líquido. Isso dificulta a verificação da participação do componente exclusivamente financeiro na rentabilidade do capital produtivo. Porém, foi

possível acompanhar a trajetória de 41 empresas privadas nacionais e 17 empresas estrangeiras que discriminaram em todos os anos do período receita e despesa financeira. Na tabela 6, indicadores mostram a relevância que gradativamente passaram a ter as receitas financeiras, como proporção das receitas operacionais e do lucro não-operacional. Cabe observar que não estão incluídas nesses indicadores as receitas financeiras oriundas da participação acionária em outras empresas, item que é de crescente importância, sobretudo para a empresa privada nacional, que diversificou fortemente seus "investimentos" (ver tabela 2).

Em suma, as evidências (pelo menos no que se refere às grandes empresas privadas) são de que estas conseguiram nos anos de crise sustentar taxas e margens de lucro — sobretudo pela via financeira — e gerar recursos internos que permitiram redução do grau de endividamento e aplicações vultosas de capital, porém orientadas prioritariamente para aplicações fi-

nanceiras e participações em outras empresas. A sugestão que parece evidente é a de que se as altas de juros vigoraram no período constituíram fator decisivo para que estes movimentos se processassem, dado que permitiram elevada rentabilidade financeira e promoveram desvalorização do patrimônio das empresas, sua redução constitui hoje condição para que a acumulação interna das empresas seja orientada às inversões diretamente produtivas.

TABELA 4 — RELAÇÃO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS GRANDES EMPRESAS, NO BRASIL — 1978-83

EMPRESA	1979	1981	1983
Nacional Privada	50,8	44,9	33,7
Estrangeira	74,1	67,1	59,6
Estatual	73,9	77,0	105,4
Federal	75,0	72,8	103,3
Estadual	70,6	88,5	111,8

FONTE: Elaboração do autor

TABELA 5 — TAXAS E MARGEM DE LUCRO DAS GRANDES EMPRESAS PRIVADAS, NO BRASIL — 1978-83

DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Taxas de Lucro						
LONO/PL						
Nacional Privada	18,6	17,3	26,0	17,8	19,4	19,1
Estrangeira	17,0	10,7	18,1	8,7	10,8	9,1
LONOC/PL						
Nacional Privada	18,8	16,5	24,8	15,8	16,9	14,1
Estrangeira	17,1	11,7	21,9	13,5	18,0	13,8
Margem de Lucro						
Mark-up						
Nacional Privada	36,1	37,9	38,4	39,3	45,9	49,8
Estrangeira	25,5	26,2	23,7	26,8	27,4	32,7

FONTE: Elaboração do autor

OBS: LONO = Lucro Operacional e Não-Operacional
LONOC = Lucro Operacional e Não-Operacional Corrigido
PL = Patrimônio Líquido
MARK-UP = Receita Operacional Custo Prod. e Serviços
Custo Prod. e Serviços

TABELA 6 — INDICADORES SELECIONADOS PARA EMPRESAS QUE DISCRIMINAM RECEITA E DESPESA FINANCEIRA, NO BRASIL — 1978-83

OUTROS INDICADORES	EMPRESA NACIONAL PRIVADA						EMPRESA ESTRANGEIRA					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
RFB/RO	2,1	3,0	2,8	5,1	5,4	9,8	1,8	2,5	1,6	4,5	3,6	7,0
RFB/LNO	55,9	67,6	56,3	77,0	62,9	68,8	55,7	95,1	72,3	81,7	83,1	85,0
RFB/DFB	35,1	37,3	45,7	50,0	47,9	55,9	33,8	32,5	28,3	41,5	41,2	50,5
DFB/RO	5,9	8,2	6,1	10,1	11,4	17,6	5,4	7,8	5,7	10,7	8,8	13,8

FONTE: Elaboração do autor

OBS: LNO = Lucro não-operacional
RO = Receita Operacional Líquida
RFB = Receita operacional bruta
DFB = Despesa financeira bruta

* Anexamos nessa tabela dados para empresas estatais, que serão analisadas posteriormente, mas cuja trajetória foi diametralmente oposta.

** Outros indicadores são apresentados em trabalho do INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL. O ajuste financeiro das empresas produtivas na Crise. Texto para discussão nº 81. Observe que em 1980 o efeito de preferência da correção monetária contribuiu para elevar contabilmente as taxas de lucro.

Uma Breve Nota Setorial

É possível estabelecer algumas interessantes determinações ao nível das empresas líderes tomadas setorialmente. Não aprofundaremos a análise, tanto porque os dados trabalhados não são inteiramente sustentáveis ao nível setorial.*

Contudo, como indicam as tabelas 7 e

* Informações mais pormenorizadas ao nível setorial podem ser encontradas em ALMEIDA, Julio Sergio Gomes. *Endividamento e rentabilidade das empresas líderes na indústria brasileira - 1978/83. Boletim de Conjuntura Industrial, Rio de Janeiro, 5(2) abr. 1985.*

8 há uma associação muito visível entre setores cujas empresas líderes lograram em plena recessão e explosão dos juros recuperar as taxas de rentabilidade e setores cujas empresas líderes mais êxito tiveram na contração do endividamento e redução dos custos financeiros líquidos. São os casos, dentre os setores industriais, de alimentos, autopeças, bebidas, não-metálicos, papel e celulose, petroquímica e indústria de construção; entre os setores não-industriais, comércio e exportação e importação. Setores de empresas líderes mais endividadas e pesada carga financeira como montadoras, mecânica, metalurgia,

química e extração e refino de petróleo, dentre os setores industriais, e energia elétrica, serviços públicos e transportes, dentre os setores não-industriais, não conseguiram evitar a queda acentuada em suas rentabilidades, mesmo nos casos em que houve elevação significativa no *mark-up*.

Uma outra associação digna de registro se dá entre os setores onde a queda na rentabilidade foi mais acentuada e presença decisiva de empresas estatais entre as empresas líderes destes setores. Casos flagrantes de metalurgia, energia elétrica, serviços públicos e transportes.

TABELA 7 - ENDIVIDAMENTO E DESPESA FINANCEIRA, POR ORIGEM DO CAPITAL, SEGUNDO SETOR, NO BRASIL - 1978-83

SETOR	Nº DE EMPRESAS	FINANCIAMENTO BANCÁRIO/ PATRIMÔNIO						DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA/ RECEITA OPERACIONAL					
		1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Indústria de Transformação	148												
Alimentos	23	61	71	82	61	52	44	2,9	4,1	5,4	5,6	5,0	7,6
Autopeças	7	32	33	35	19	23	23	4,5	3,8	3,1	5,7	2,2	(1,2)
Bebidas	3	39	44	50	39	14	10	1,1	2,0	7,1	9,1	(5,2)	15,0
Eletrônico	10	62	65	74	58	49	54	11,7	8,9	12,1	15,4	15,5	14,0
Montadoras	5	79	72	79	141	111	108	(0,8)	(1,5)	(0,9)	7,4	9,2	11,1
Mat. de Transportes	8	76	95	96	101	81	98	(1,9)	7,9	10,3	11,2	10,0	10,4
Mecânica	11	63	76	103	83	77	98	4,3	3,2	7,3	11,7	11,1	17,9
Metalurgia	22	127	157	157	141	139	94	7,6	9,6	10,8	18,5	18,1	19,6
Não-Metálicos	9	30	24	16	13	11	9	7,2	6,1	3,3	4,5	2,7	3,9
Papel e Celulose	4	104	77	62	60	48	32	14,2	10,1	3,7	4,4	1,2	(1,5)
Química	18	75	88	76	69	56	44	10,9	14,8	11,2	15,8	13,4	14,4
Petroquímica	4	111	154	88	58	46	33	6,2	9,1	6,4	4,7	(1,5)	(2,5)
Petróleo	1	37	48	47	43	66	92	0,3	7,2	5,1	6,9	3,5	20,6
Têxtil e Confecções	2	34	28	26	24	17	19	4,7	4,3	3,6	4,4	3,8	1,0
Construção Civil	14	43	49	41	34	22	21	2,2	7,2	6,0	7,5	9,0	5,1
Mineração	5	104	103	70	79	108	98	8,7	7,0	14,4	16,6	11,5	103,7
Comércio	12	54	59	64	50	27	6	0,4	1,2	1,1	2,1	(0,8)	(1,4)
Distrib. Der. Aut.	6	3	7	2	3	16	22	(0,1)	(0,1)	(0,0)	(0,1)	(0,1)	(1,5)
Exportação e Importação	9	41	60	66	76	48	27	4,4	6,6	4,9	8,9	4,7	2,3
Energia Elétrica	6	84	114	145	155	150	212	38,8	41,3	47,3	48,7	71,2	65,1
Serviço Público	6	48	64	77	70	63	70	0,8	0,7	10,2	9,4	8,6	10,5
Transportes	12	64	40	27	26	52	70	16,8	20,2	18,3	24,7	6,7	10,5

FONTE: Elaboração do autor

TABELA 8 - MARGEM E TAXA DE LUCRO, POR ORIGEM DO CAPITAL, SEGUNDO SETOR, NO BRASIL - 1978-83

SETOR	Nº DE EMPRESAS	MARK-UP						LUCRO OPERACIONAL E NÃO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO						LUCRO OPERACIONAL E NÃO-OPERACIONAL CORRIGIDO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Indústria de Transformação	148																		
Alimentos	23	31	31	29	31	32	36	18	15	18	17	12	22	17	16	21	19	14	23
Autopeças	7	46	43	43	59	61	69	24	23	28	32	38	40	19	15	21	20	25	17
Bebidas	3	50	44	41	48	54	46	9	5	3	2	19	12	15	10	13	17	29	19
Eletrônico	10	73	67	66	76	87	102	27	27	29	29	33	28	21	18	20	18	22	10
Montadoras	5	16	17	18	21	22	27	13	6	16	(21)	4	(4)	13	6	16	(21)	4	(4)
Mat. de Transportes	8	40	41	52	61	57	81	16	19	10	16	18	18	13	19	10	15	14	11
Mecânica	11	59	44	41	42	44	51	13	0	(12)	(23)	(20)	(40)	18	8	(1)	(11)	(8)	(23)
Metalurgia	22	39	37	35	38	37	45	(4)	(23)	(6)	(22)	(22)	(17)	9	(5)	9	1	(7)	(3)
Não-metálicos	9	58	60	61	53	61	69	16	14	27	19	19	16	20	17	27	16	16	12
Papel e Celulose	4	34	55	55	50	54	66	(17)	(6)	10	7	9	10	(6)	6	18	14	19	18
Química	18	61	58	63	70	65	75	11	0	24	11	3	2	15	1	27	16	10	11
Petroquímica	4	35	32	27	26	30	39	17	1	(8)	0	25	27	31	18	12	15	34	32
Petróleo	1	31	37	15	16	21	32	19	13	14	13	9	(17)	19	13	14	13	9	7
Têxtil e Confecções	12	58	63	74	69	72	76	27	30	45	28	29	27	21	22	37	14	19	10
Construção Civil	14	37	37	51	58	75	107	41	32	50	56	51	51	29	16	33	39	31	26
Mineração	5	41	53	67	64	57	65	(13)	(18)	13	8	8	(28)	0	(2)	21	16	13	12
Comércio	12	32	33	38	36	34	34	27	23	34	17	22	18	22	16	31	14	17	10
Distrib. Der. Aut.	6	9	11	8	8	8	11	35	45	44	40	31	34	25	36	34	24	17	21
Exportação e Importação	9	17	17	14	22	21	21	14	6	15	15	25	46	10	3	14	14	25	42
Energia Elétrica	6	190	175	171	152	126	141	(19)	(30)	(48)	(73)	(75)	(106)	8	7	5	9	9	4
Serviço Público	6	127	121	100	97	123	130	(2)	(14)	(19)	(24)	(23)	(41)	12	5	4	13	13	3
Transportes	12	(2)	1	14	13	7	16	(21)	(13)	(13)	(20)	(23)	(34)	(10)	(5)	(1)	(1)	(1)	(4)

FONTE: Elaboração do autor

PROBLEMAS DO FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

O setor público será abordado nas dimensões que parecem as mais relevantes no tratamento de seus impasses financeiros atuais: o quadro do endividamento e dos resultados correntes da empresa estatal, o quadro do financiamento dos investimentos do setor público, além de uma breve nota sobre a questão do déficit público.

O Estrangulamento Financeiro da Empresa Estatal na Crise

Iniciamos a análise da empresa estatal com dados semelhantes aos utilizados para as empresas privadas. O trabalho, como já assinalado, tomou 39 empresas estatais, cobrindo em grande parte as contas relevantes das empresas do plano federal e 12 entre as maiores empresas estaduais, destacando-se as do Estado de São Paulo.

Os resultados serão comentados apenas brevemente porque são claríssimos em mostrar a profunda deterioração patrimonial e financeira das empresas estatais, fato aliás que é sobejamente comprovado por pesquisas recentes.² Resumidamente, cabe destacar as seguintes evidências:

- os níveis e índices de endividamento das empresas estatais evoluíram intensamente e de forma generalizada, tomando empresas federais e estaduais, empresas do Setor Produtivo Estatal – SPE – e do não SPE (ver tabelas 4 e 9);
- a evolução do valor real da dívida foi particularmente intensa em 1982 e 1983, quando cresceu em cerca de Cr\$ 100 trilhões (preços de dezembro de 1985), quando o aumento no período 1978-81 foi de Cr\$ 7,3 trilhões;
- a problemática do endividamento das empresas estatais diz respeito também à composição do saldo da dívida. Entre 17 estatais para as quais se obtiveram dados para a composição do endividamento bancário, a participação do endividamento em moeda estrangeira no total da dívida cresceu de 51% em 1978 para 71,9% em 1983. Como se sabe, a estatização da dívida externa foi contrapartida da própria política de ajuste macroeconômico de curto prazo da economia brasileira. Esse fato está na raiz do agravamento sem precedentes das condições das empresas do Estado, quando na entrada dos anos 80, as taxas de juros internacionais explodiram e em seguida a política econômica promoveu substancial desvalorização real do câmbio;

d) a vulnerabilidade das empresas estatais quanto ao endividamento externo se evidencia na incapacidade por elas demonstrada em reverter o quadro de deterioração pela via dos preços e cortes dos gastos. Há indicações seguras de que as estatais cortaram gastos correntes sobretudo de investimento e em alguns momentos promoveram elevação de preços com vistas a neutralizar o esmagamento financeiro. Lograram, até mesmo após 1980, crescimento contínuo do *mark-up* (tabela 10), o que, no entanto, ficou longe de evitar a queda muito acentuada das taxas de lucro, devido ao crescimento espantoso dos encargos da dívida (tabela 11).

Os dados a respeito das empresas estatais não vão além de 1983, mas a Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST recentemente divulgou resultados que permitem estender os dados até a atualidade, embora naturalmente as comparações com as informações aqui utilizadas fiquem prejudicadas.

Na tabela 12, pode-se observar como a empresa estatal (da classificação setor produtivo estatal – SEST) procurou conter nos últimos anos os gastos de pessoal e matéria-prima (item destacado de outros custeios), como proporção da receita operacional. Isto é, procurou elevar o *mark-up*. Esse fato se traduziu na elevação da margem bruta, que chegou a atingir valor tão baixo quanto 7,3% em 1983, para cer-

TABELA 9 – ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E ENDIVIDAMENTO EXTERNO DA EMPRESA ESTATAL, NO BRASIL – 1978-83

DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Endiv. Bancário (%) ¹						
Estatal	35,1	35,6	34,0	34,3	40,6	43,8
Estatal Federal	37,1	35,8	31,2	31,5	40,1	42,4
SPE	36,3	37,4	35,2	25,9	41,3	39,4
Não SPE	38,0	34,4	27,3	27,4	39,0	45,6
Estatal Estadual	29,7	34,8	43,5	42,6	41,9	48,3
Valores Reais ² – End. Bancário						
Estatal	216,14	260,25	197,65	223,81	287,94	327,74
Estatal Federal	164,89	187,88	136,39	154,25	213,24	242,77
SPE	83,01	91,09	75,34	85,45	106,57	116,88
Não SPE	81,88	96,79	61,06	68,80	106,67	125,88
Estatal Estadual	51,25	59,02	61,26	69,56	74,70	84,98
Participação da dívida em moeda estrangeira na dívida bancária 17 estatais (%)	51,5	63,5	67,1	65,7	71,2	71,9

FONTE: Elaboração do autor
¹ percentual sobre o total do passivo
² Cr\$ trilhões dez./85
 OBS: SPE = Setor produtivo estatal

TABELA 10 – TAXAS E MARGENS DE LUCRO DAS EMPRESAS ESTATAIS, NO BRASIL – 1978-83 (Em %)

DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	1983
LONO/PL						
Estatal	(7,4)	(14,0)	(15,1)	(24,9)	(28,0)	(42,2)
Estatal Federal	(5,1)	(12,2)	(10,3)	(20,2)	(23,1)	(37,3)
SPE	6,5	(4,6)	4,5	(3,3)	(6,9)	(22,6)
Não - SPE	(16,6)	(16,8)	(20,7)	(32,9)	(34,3)	(51,9)
Estatal Estadual	(12,7)	(19,5)	(29,0)	(37,7)	(41,1)	(57,2)
LONOC/PL						
Estatal	6,0	1,6	4,6	6,0	3,7	2,0
Estatal Federal	7,5	1,3	6,4	7,0	4,4	3,1
SPE	12,5	4,2	10,8	8,1	1,9	3,8
Não - SPE	2,5	(0,4)	3,4	6,1	6,1	2,4
Estatal Estadual	2,7	2,2	(0,9)	3,4	1,7	(1,5)
MARK-UP						
Estatal	34,0	36,9	26,4	27,2	29,2	37,6
Estatal Federal	30,3	32,6	22,8	24,0	25,9	35,0
SPE	33,7	37,5	21,6	22,6	25,9	37,0
Não - SPE	23,6	24,0	25,3	27,3	25,7	30,5
Estatal Estadual	83,8	91,5	88,3	76,3	78,6	78,0

FONTE: Elaboração do autor

TABELA 11 – INDICADORES FINANCEIROS DAS GRANDES EMPRESAS, NO BRASIL – 1978-83 (Em %)

DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Desp. Fin. Líquida/ Receita Op. Líquida						
Nacional Privada	3,9	4,9	4,0	5,6	5,0	3,6
Estrangeira	2,5	3,3	3,0	5,3	4,8	6,0
Estatal	7,4	11,3	11,4	13,7	11,9	24,8
Estatal Federal	4,2	7,6	7,9	10,1	8,9	23,1
SPE	3,0	7,7	7,7	10,6	8,3	28,2
Não - SPE	6,8	7,4	8,4	8,9	10,1	11,2
Estatal Estadual	37,0	43,6	49,7	54,3	43,6	44,4

FONTE: Elaboração do autor

ca de 16% no biênio 1984-85; projeta-se para 1986 valor correspondente a 24%, marca aliás nunca registrada para as empresas estatais desde que a SEST iniciou seus levantamentos. Em parte, a recuperação das margens brutas de lucros da estatal nos últimos anos contrabalançou a escalada dos custos financeiros, não permitindo assim que a margem líquida (margem bruta - custos financeiros) se deteriorasse com a rapidez com que vinha se deteriorando entre 1980-83 (tabela 12). Isso não impediu, contudo, que a margem líquida permanecesse com valor negativo, o que significa incapacidade de geração própria de recursos para cobrir despesas correntes, e, portanto, potencial de acumulação interna negativa.

Para 1986 já foi observado que a perspectiva é de reversão desse quadro e que o crescimento da receita operacional (15% real), aliado à continuidade da redução de gastos de custeio e à estagnação do valor real da despesa financeira, abra caminho para geração de uma margem líquida de lucro positivo, embora modesta.

Cabe ressaltar que a recuperação muito acentuada da receita operacional esperada para 1986 (o crescimento em 1985 foi de apenas 2% real) repousa na expectativa de um crescimento real de 10% nas vendas e de 5% nos preços de tarifas públicas.

Os dados da SEST permitem concluir que 1984 e 1985 foram anos em que o processo de deterioração financeira das empresas estatais passou por desaceleração, se se tem em conta os dados revelados pela nossa pesquisa para o período de 1978-83. Mas o quadro relativamente mais favorável dos últimos dois anos não acena com perspectiva positiva quando se tem em mente a necessidade de retomada do investimento público. Deve-se ainda observar que os dados da SEST se referem às empresas ao nível federal. Julga-se que para as empresas estaduais a situação presente é ainda menos favorável.

Tratemos agora, tendo em vista as evidências reunidas acima, a problemática do financiamento da retomada dos investimentos das empresas estatais.

Problemas de Financiamento da Retomada dos Investimentos Públicos

A atualidade assiste a duplo problema quanto ao financiamento do investimento público. O primeiro vem do lado das fontes de recursos e é decorrência da paralisação dos mercados internacionais de crédito para países superendividados, como o Brasil, a partir de 1982. Pela ótica do balanço de pagamentos ou pela dimensão macroeconômica, os empréstimos em moeda estrangeira que tanto evoluíram nos anos 70 e formaram vultosas dívidas externas, como a brasileira, foram, com razão, considerados excessivos e até mes-

TABELA 12 - RELAÇÕES OPERACIONAIS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL, NO BRASIL - 1980-86

RELAÇÕES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Pessoal/Receita Operacional	16,36	16,96	18,60	15,25	12,30	14,53	13,17
Outros Custeios/Receita Operacional	74,45	71,30	68,79	77,43	71,61	69,93	62,69
Desp. Operacional/Receita Operacional	90,81	88,34	87,45	92,60	82,93	84,31	75,00
Margem Bruta/Receita Operacional	9,19	11,66	12,55	7,32	16,00	15,69	24,13
Enc. financeiros/Receita Operacional	6,66	11,20	15,67	17,39	18,36	23,39	20,97
Margem Líquida/Receita Operacional	2,54	0,46	(3,12)	(10,06)	(2,29)	(7,63)	3,17

FONTE: SEST

OBS: 1980-84 - Realizado

1985 - Orçamento atualizado até 10.12.1985

1986 - Orçamento inicial

mo desnecessários. Mas considerando-se as alternativas de financiamento ao nível microeconômico, tais empréstimos cobriam lacuna nos sistemas financeiros domésticos. Sobretudo para projetos de longo prazo de maturação e de retorno duvidoso, os recursos de origem externa eram virtualmente os únicos capazes de promover o financiamento, em termos de montante dos recursos, prazos e taxas de juros, as quais se mostravam particularmente baixas. Enquanto perdurou esse padrão de relacionamento financeiro, no plano interno de economias como a brasileira, descuidou-se da promoção de um sistema de financiamento que viabilizasse o financiamento de investimentos a longo prazo. Assim, quando estala a crise do sistema internacional de crédito, emerge, ao lado dos problemas já tão debatidos de ajustamento do balanço de pagamentos, de recessão e instabilização financeira oriundas das políticas ortodoxas do FMI, um problema puramente de financiamento da economia brasileira, sem que o problema da lacuna do financiamento do plano interno caminhasse um palmo no sentido de sua solução.

O segundo problema vem da necessidade de retomada dos investimentos, sobretudo do setor público. Esses investimentos se fazem hoje absolutamente necessários por várias razões. Os investimentos de cunho social, pelo enorme atraso a que foram submetidos na "Velha República" e pelos compromissos assumidos pelo atual Governo; na infra-estrutura econômica, pela necessidade de reaparelhamento após anos de paralisação ou de orientação equivocada dos investimentos, sobretudo nas áreas de transporte e energia elétrica; em se tratando do conjunto das

empresas estatais, pela necessidade da promoção de eficiência e ganho de produtividade e, finalmente, para a promoção da recuperação econômica que o investimento público induz.

Esses problemas remetem, por sua vez, ao problema mais geral de financiamento do setor público brasileiro. Mas concentremo-nos na questão do financiamento da empresa estatal. Retratamos a profunda deterioração financeira a que foi submetida e destacamos a dificuldade de que possa recuperar substancialmente a sua capacidade de acumulação interna. Pois bem, o orçamento SEST para 1986 prevê crescimento real expressivo do investimento (9% real, quando entre 1980 e 1985 o investimento fora reduzido de um índice de 100 para 72,6%) e prevê ainda mudança radical do plano do financiamento. Como se pode observar na tabela 13, os recursos de origem interna (poupança própria líquida) ascenderiam a mais da metade dos recursos, resultado que é esperado a partir da recuperação da receita operacional (em parte oriunda do crescimento real das vendas e, em parte, da recomposição tarifária), da redução real da despesa operacional e contenção dos custos financeiros. Em paralelo, decresceriam os recursos cuja contrapartida é o aumento líquido do endividamento: as operações de crédito líquidas decresceriam de um patamar em torno de 40% a 50% do total de recursos para 20%. E, por fim, quanto aos recursos do Tesouro, a meta é a sua recuperação para algo em torno de um terço dos recursos, com o Tesouro patrocinando programas de saneamento financeiro de vulto entre as estatais.

Nos termos em que os problemas do

TABELA 13 - FORMAÇÃO DE POUPANÇA E FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL, NO BRASIL - 1980-86 (Em %)

RELAÇÕES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Origem							
Poupança própria líquida	41,9	33,4	27,5	34,2	41,9	20,9	51,3
Recursos do Tesouro	16,5	23,4	19,1	16,9	10,2	24,2	29,0
Operações de crédito líquidas	41,6	43,2	53,4	49,0	39,0	46,9	19,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Destino							
Investimentos	89,9	88,2	89,0	75,1	70,3	73,3	74,7
Outras despesas capital líquidas	10,1	7,1	1,9	5,5	4,9	12,8	2,0
Varição do disponível	0,0	4,0	9,1	19,3	24,8	14,5	22,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEST

1980-84 - Realizado

1985 - Orçamento atualizado até 18.12.1985

1986 - Orçamento inicial

financiamento do investimento público se colocam hoje no Brasil, torna-se realmente difícil implementar programa de financiamento que não este. Porém, é evidente que a atual conjuntura encerra dois pontos possíveis impasses que podem inviabilizar os investimentos que se fazem necessários: o primeiro é a aceleração inflacionária que a recomposição das tarifas podem induzir diretamente via custos de produção das empresas ou indiretamente sinalizando preços do setor privado; o segundo diz respeito aos encargos ampliados que o Tesouro passará a arcar com os programas de saneamento, sem que ele próprio tenha definido fonte adequada de financiamento.

Uma tendência que vem sendo notada a nível do setor público brasileiro como um todo nos últimos anos é a relativa transferência do endividamento da área externa para o plano interno, sobretudo mediante um mecanismo que se inicia com a assunção da contrapartida em cruzeiro do serviço da dívida externa das empresas estatais e governos estaduais e municipais por parte do Tesouro; e tem desenlace no crescimento da dívida mobiliária federal.

Como se pode observar na tabela 14, após um crescimento muito acelerado da dívida externa sobre o PIB (ambos avaliados em cruzeiros correntes) entre 1981 e 1983, esta relação desacelera sua evolução e passa a cair, enquanto a dívida interna, principalmente devido ao endividamento em títulos, cresce acentuadamente em todo o período, particularmente nos anos de 1984 e 1985. Em parte, talvez o plano do financiamento das estatais conte com este processo de transferência para que o Tesouro banque o saneamento financeiro das estatais.

Pensamos que a questão tão debatida do "dinheiro novo" tem sua colocação pertinente a partir das observações acima. Muitos economistas têm remetido esta questão à do déficit público, porém, no nosso entender, ela está referida, sobretudo, à questão do financiamento do setor público. Levando-se em conta a pertinência de medidas quanto ao fortalecimento da capacidade de acumulação interna das empresas estatais, do saneamento financeiro destas mediante política centralizada da União e da transferência do eixo central do endividamento da fonte externa para fonte interna, o "dinheiro novo" poderia permitir um processo gradual de ajustamento no plano do financiamento, facilitando inclusive que as recentes tendências de redução das taxas de juros tenham continuidade e, ademais, se logre aumento dos prazos do endividamento público interno. A alternativa, deste ponto de vista, ao "dinheiro novo" seria uma só, que é evidente: a drástica redução das taxas de juros internacionais. Na ausência de uma ou outra, a questão do financiamento inevitavelmente tenderá a pressionar nos sentidos indicados, ou seja, pressão inflacionária e aumento do endividamento público em títulos em condições não inteiramente satisfatórias (quanto a juros e prazos).

Anál. Conj., Curitiba, 8 (2) : 31 fev. 1986

TABELA 14 - DÍVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO, NO BRASIL - 1981-85 (% do PIB)

DÍVIDA	1981	1982	1983	1984	1985 **
Dívida Interna	14,5	17,9	23,0	25,8	28,8
Dívida Mobiliária Federal (junto ao público)	8,4	9,3	11,9	15,2	18,2
Dívida Empresas Estatais (junto ao Sistema Financeiro)	6,1	8,6	11,1	10,6	10,6
Dívida Externa	20,9	24,5	52,6	55,2	47,3
Dívida Líquida *	19,0	22,6	47,5	50,8	44,0
Depósito Reg. em Moeda Estrangeira (Setor privado)	1,8	1,9	5,1	4,4	3,3
TOTAL - Dívida Interna + Dívida Externa	35,4	42,4	75,6	81,0	76,1

FONTE: Banco Central

* Dívida Global menos reservas.

** Estimativa

Notas sobre o Déficit Público em 1985-86

Não fosse o impasse no padrão de financiamento do setor público, a questão do déficit público não teria a dimensão que tem hoje no debate econômico sobre a economia brasileira. Mesmo em se tratando de um ano como o de 1985, que, segundo as estimativas existentes, registrou déficit mais elevado do que nos anos anteriores, e que pode ter alcançado 4,5% do PIB no conceito de déficit operacional. No entanto, duas qualificações podem ser feitas no sentido de relativizar o problema: primeira, que como é soberamente reconhecido, o déficit é de natureza financeira e, portanto, relativamente incompressível, a não ser na hipótese de uma profunda recessão. Essa é a decorrência das políticas econômicas internas e externas que fizeram alçar as taxas de juros para níveis elevadíssimos. Como retrata a tabela 15, somente o custo da dívida mobiliária federal interna é responsável por 1,5% do PIB. Estima-se que o custo global da dívida interna e externa seja responsável por dois terços do total do déficit. Segunda, que mesmo o número absoluto do déficit não é elevado para os padrões internacionais e em época de recessão, quando o déficit público atua como um poderoso instrumento de sustentação dos níveis de renda, emprego e do lucro agregado da economia, desde que seja adequadamente financiado.

Outra observação que se faz necessária é que grande parte do déficit global de 1985 tem origem nas empresas estatais federais que acabaram acumulando desequilíbrio superior a Cr\$ 21 trilhões ou cerca de 1,6% do PIB, quando o déficit esperado era de um terço do efetivo. Segundo a SEST, a diferença explica-se quase que integralmente pela fixação de tarifas (sobretudo as tarifas da PETROBRÁS), substancialmente abaixo da inflação no período abril-agosto de 1985. Isto, segundo as projeções para 1986, não deverá se repetir, o que por si só reduzirá drasticamente o déficit destas empresas.

O Governo fixou meta de redução do déficit operacional para 0,5% do PIB em 1986. Com as informações disponíveis, montou-se, na tabela 15, uma estimativa da distribuição desse déficit. As empresas

estatais federais têm como meta equilibrar seu orçamento e, com o programa de privatização, de fato, gerar algo como Cr\$ 10 trilhões de superávit (0,3% do PIB). Supõe-se que o custo da dívida permaneça em 1,5% do PIB, o que pressupõe queda real das taxas de juros para algo como 14% - 15%. As despesas fiscais das autoridades monetárias (0,8% do PIB) foram calculadas segundo o orçamento geral da União para 1986, onde destacam-se os gastos com o subsídio do trigo. E os recursos fiscais (2,2% do PIB) foram estimados de acordo com a previsão de recursos adicionais referentes ao "pacote econômico" (Cr\$ 80 trilhões). Nas demais despesas do plano federal, destaca-se o superávit do SIMPAS (Cr\$ 5 trilhões). O déficit dos governos estaduais e municipais e suas empresas foi calculado por diferença.

TABELA 15 - ESTIMATIVA DO DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO, NO BRASIL - 1985-86 (% do PIB)

SETOR PÚBLICO	1985*	1986*
Governo Federal	2,2	(0,3)
Empresas Estatais	1,6	(0,3)
Custo da Dívida Pública	1,5	1,5
Despesas Fiscais nas A.M.	1,5	0,8
Recursos Fiscais	(2,0)	(2,2)
Demais (Simpas, Fundos e Prog., Ag. Descentralizadas)	(0,4)	(0,1)
Governos Estaduais e Municipais e Empresas Estad. e Municipais	2,3	0,8
TOTAL	4,5	0,5

FONTE: Elaboração do autor

* Estimativa

Os resultados da estimativa evidenciaram que no plano federal é possível a redução do déficit sem comprometer investimentos relevantes das empresas estatais, mas desde que as tarifas públicas não sejam utilizadas com objetivo de política antiinflacionária, que se promova esforço fiscal adicional de vulto e haja algum progresso na redução das taxas de juros internas.

A grande incógnita fica a cargo dos governos estaduais e municipais que, na hipótese de um déficit global de 0,5% do PIB, teriam de reduzir drasticamente seu déficit, em um ano eleitoral e estando suas empresas submetidas a desequilíbrio financeiro até mesmo mais profundo do que as empresas do plano federal.

Se obtido o resultado global em 1986, o plano federal terá superávit (de 0,3% e o PIB), num brutal esforço tarifário e fis-

cal para compensar os encargos da dívida e os subsídios remanescentes. O ideal seria uma redução não tão profunda no déficit, com ampliação dos investimentos em atraso, porém com uma forma de financiamento adequada (nos moldes já analisados); ou ainda uma queda como a prevista no déficit, referida, no entanto, a uma redução dos custos financeiros que minimizasse as repercussões ao nível fiscal e tarifário.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Tentamos identificar ao longo deste artigo os principais problemas de financiamento público e privado da economia brasileira. Cremos que reunimos informações suficientes para demonstrar que para um conjunto de empresas muito significativo na formação do produto nacional não há "falta de poupança" para a retomada dos investimentos. A dois níveis estas empresas reestruturaram-se, colocando-se em posição muito superior no que

diz respeito ao financiamento: acumularam lucros, gerando poupanças internas (até o momento, no entanto, aplicadas predominantemente no circuito financeiro); reduziram o grau de endividamento para níveis que devem estar atualmente muito baixos (os dados da pesquisa mostraram processo de rápido declínio, porém não vão além de 1983). Maior poder de financiamento interno e capacidade de contrair novas dívidas, em ambos os casos podendo sustentar a retomada dos investimentos, eis o que revelam as grandes empresas privadas após os ajustes que promoveram nestes anos de crise.

O investimento público, no que tange ao financiamento, está longe de apresentar quadro semelhante, a despeito de que a decisão de investir, ao contrário, pode ser tomada independente dos fatores que limitam o investimento privado. Aqui, o principal problema do financiamento reside na necessária transferência da fonte externa para a fonte interna, em condições porém de extrema dificuldade, seja com relação à situação financeira do principal agente do investimento público produtivo — a empresa estatal —, seja com re-

lação às condições que vigoram internamente nos mercados de crédito e capital quanto a prazos e taxas de juros. Por outro lado, apresentam também problemas as alternativas de buscar o reforço da acumulação interna das estatais pela via tarifária e a de transferir para o Tesouro parcelas dos encargos da dívida externa. Os impasses do financiamento público justificam, a nosso ver, a busca por redução da transferência de recursos reais para o exterior, preferencialmente, como é óbvio por redução das taxas de juros, mas, se não ou em conjugação, por maior graduação das transferências, mediante "dinheiro novo".

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ CALABI, A. et alii. *Geração de poupanças e estrutura do capital das empresas no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1982. *Relatório de Pesquisa*, 6.

² WERNECK, R. F. *Uma análise do financiamento e dos investimentos das empresas estatais federais no Brasil 1980-83*. PUC, 1984. *Texto para Discussão*, 79

MUDANÇA NO PADRÃO REGIONAL BRASILEIRO: determinantes e implicações

Clélio Campolina Diniz,* Maurício Borges Lemos *

A ocupação e o desenvolvimento econômico brasileiro se fizeram com descontinuidades temporais e geográficas ao longo de sua história. O açúcar no Nordeste no século XVI e XVII; o ouro em Minas Gerais, com extensões para Goiás e Mato Grosso, no século XVIII; o algodão no Maranhão, no século XIX; a pecuária nas terras do "hinterland" e no Sul do país, desde o início da colonização, mas com ritmos e sentidos diferentes ao longo do tempo; a madeira e o mate no Paraná e no Centro-Oeste; o café no leste brasileiro no século XIX; a borracha na região amazônica no final do século XIX, para citar apenas os exemplos mais marcantes. Essas atividades, à exceção da pecuária, destinavam-se à exportação e, portanto, o dinamismo da produção dependia não só das condições locais de produção, mas antes de tudo das condições do mercado internacional e da posição do Brasil em relação a outras regiões produtoras.**

Assim, não se formou um espaço econômico unificado. Pelo contrário, o espaço geográfico nacional se caracterizou por um verdadeiro mosaico econômico, resultado das diferentes experiências exportadoras. Por outro lado, o baixo grau de mercantilização da produção voltada para o consumo interno e a inexistência ou deficiência do sistema de comunicações eram ao mesmo tempo consequência e impedimento para uma maior integração econômica e geográfica nacional.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, ocorreu um forte processo de concentração econômica em São Paulo, inicialmente da produção agrícola e posteriormente industrial. Articulado à concentração geográfica da produção, estabeleceu-se um movimento migratório do exterior e das regiões brasileiras de ocupação antiga, especialmente o Nordeste brasileiro e Minas Gerais, em direção a São Pau-

lo. Pelos efeitos intersetoriais e pela expansão do mercado de consumo com a introdução do trabalho assalariado, ampliaram-se as atividades urbanas em geral naquele estado.*

Essa dinâmica econômica estabeleceu as bases de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil, sob a liderança de São Paulo. Os demais estados e/ou regiões brasileiras tinham suas economias fortemente influenciadas pelo comportamento da economia paulista. Em alguns casos eram impedidos de crescer de forma mais independente, pela concorrência dos produtos originários de São Paulo. Em outros casos, essas economias vincularam-se à economia paulista como fornecedoras de alimentos e matérias-primas. Em terceiro lugar, em alguns estados ou regiões, o crescimento econômico resultou da extensão geográfica da própria produção paulista.

* Para uma análise dos determinantes econômicos sociais e políticos deste processo, ver, especialmente, MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Este último autor, além de analisar os determinantes do processo, enfatiza seus aspectos especificamente espaciais que deram origem à concentração econômica em São Paulo.

* Professores do Departamento de Economia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR — da UFMG.

** Para uma visão da formação regional brasileira ao longo de sua história, veja entre outros.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional. Diversas edições.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense. Diversas edições.

CASTRO, Antônio Barros de. *A herança regional no desenvolvimento brasileiro*. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1975. v.2.